

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4002329-14.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Outras Medidas Provisionais - Planos de Saúde**
 Requerente: **GUILHERME CALDAS VON HAEHLING**
 Requerido: **Sul America Companhia de Seguro Saude sa**

Prioridade Idoso

Vistos.

GUILHERME CALDAS VON HAEHLING, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Outras Medidas Provisionais em face de SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE SA, alegando, em suma, que é usuário de plano de saúde mas deparou-se com o cancelamento, por ocasião de uma tentativa de utilização do serviço, razão pela qual almeja provimento cautelar que restabeleça o vínculo e a prestação do serviço de saúde.

Deferiu-se medida liminar.

Citada, a ré contestou o pedido, aduzindo não estar obrigada a manter o seguro de saúde do autor por tempo indeterminado.

Manifestou-se o autor.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O autor é usuário de plano de saúde administrado pela ré, há mais de dezessete anos e foi surpreendido com o cancelamento, exatamente quando estava na iminência de passar por procedimento cirúrgico.

A ré esclareceu não interessar-se pela renovação (fls. 67).

No entanto, não exibiu qualquer documento manifestando ao autor, previamente, a intenção de não renovar.

É abusiva a conduta de opor-se à renovação, em prévia comunicação ao segurado, com razoável antecedência, que permitisse a contratação de outro plano.

Também não evidência de que a estipulante optou por não renovar.

Consoante a jurisprudência:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DE VIDA. NEGATIVA DE RENOVAÇÃO. PRORROGAÇÃO COMPULSÓRIA DO CONTRATO. MATÉRIA PACIFICADA. SÚMULA 83/STJ.

1. Face o entendimento pacificado pela Segunda Seção desta Corte, é abusiva a negativa de renovação do contrato de seguro de vida, mantido sem modificações ao longo dos anos, por ofensa aos princípios da boa fé objetiva, da cooperação, da confiança e da lealdade, orientadores da interpretação dos contratos que regulam relações de consumo.

2. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no Ag 1219273/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/02/2012, DJe 17/02/2012)

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O provimento ora concedido é de natureza cautelar, confirmatório da medida liminar, para garantir ao autor a continuidade da prestação do serviço, intuito o prejuízo para si, se ficar sem o serviço.

Diante do exposto, acolho o pedido e confirmo a medida deferida ao início da lide.

Vencida, responderá a ré pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e pelos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados por equidade em R\$ 1.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 11 de agosto de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**